

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação às normas gerais de auditoria aplicáveis ao controle externo brasileiro, julgue o item abaixo.

- 51 Uma licitação em que a escolha do vencedor seja feita com base na melhor combinação técnica-qualidade será coerente com a economicidade.

Acerca das normas relativas aos tribunais de contas, julgue os itens subsequentes.

- 52 O tribunal de contas pode contratar consultores ou especialistas de procedência externa para executar trabalho limitado ao escopo definido pelo servidor do quadro do tribunal de contas responsável pelos trabalhos de auditoria governamental.
- 53 A função dos tribunais de contas é a verificação do cumprimento da regularidade e da execução dos programas sob a responsabilidade dos órgãos e entidades governamentais. Consequentemente, recomendações de caráter gerencial, visando à melhoria dos processos operacionais, cabem exclusivamente à auditoria interna e às assessorias especializadas.
- 54 O tribunal de contas, que tem a responsabilidade de manter sua independência e objetividade em todas as fases do trabalho de auditoria governamental, não deverá deixar-se influenciar pelas demandas sociais.

Com relação às normas relativas aos profissionais de auditoria governamental, julgue os itens a seguir.

- 55 O profissional de auditoria governamental deve aplicar todos os procedimentos recomendados para cada tipo de auditoria especificamente e não se desviar deles, nem reduzir a extensão ou profundidade dos exames, exceto por questões de tempo e programação definidas pelas circunstâncias internas ou externas.
- 56 O profissional de auditoria governamental designado para a realização de um trabalho em órgão ou entidade da administração não poderá recusá-lo, devendo-se considerar que a seleção para o cargo exige formação multidisciplinar e as equipes são interdisciplinares, sem prejuízo da requisição de especialistas em outras áreas.
- 57 A responsabilidade do profissional de auditoria governamental alcança as áreas administrativa, civil e penal, podendo atingi-lo mesmo em casos caracterizados apenas por negligência, imperícia ou imprudência. As responsabilidades éticas perante os usuários internos e externos devem constar no Código de Ética Profissional, sendo definidas em normas legais e regulamentares.

Com relação às normas relativas aos trabalhos de auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 58 Uma das propriedades que deve apresentar um relatório de auditoria é seu caráter conclusivo, mesmo que não haja certeza absoluta com base nas evidências apuradas, a informação revelada deverá possibilitar a formação de uma opinião categórica acerca dos trabalhos realizados.
- 59 Na realização da auditoria operacional, os profissionais responsáveis, ao constatarem incoerências ou imprecisões em programa governamental, mesmo sem questionar a orientação política e as diretrizes governamentais, deverão apontar as situações passíveis de desperdícios ou desvirtuamentos, recomendando as apropriadas mudanças de rumo na execução dos referidos programas.
- 60 O rodízio obrigatório dos profissionais de auditoria governamental responsáveis pela execução dos serviços é considerado um dos requisitos necessários à garantia de qualidade.

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 61 No Brasil, a Lei Orçamentária Anual é uma lei ordinária, visto que, entre suas características, não consta a coercibilidade.
- 62 Considere que a Procuradoria da Fazenda tenha ajuizado ação judicial de execução de determinado crédito, que, anteriormente, havia sido inscrito na dívida ativa da União. Nessa situação, o ato de ajuizar a ação integra o ciclo orçamentário.
- 63 Caso seja aprovada lei complementar que revogue a norma segundo a qual o exercício financeiro deva coincidir com o ano civil, mas que mantenha o intervalo de doze meses para o ciclo orçamentário, o princípio orçamentário da anualidade permanecerá em vigor.

Com relação às características específicas do orçamento-programa, julgue os itens seguintes.

- 64 O orçamento-programa fornece subsídios ao planejamento, visto que possibilita a ligação entre o controle da execução orçamentária e a elaboração orçamentária.
- 65 O orçamento-programa deve expressar o produto final que, quantificado como meta, representa o objetivo da ação pública, ainda que a perspectiva do programa seja plurianual.

A respeito do ordenamento constitucional em vigor no contexto do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

- 66** A reserva de contingência, que é definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) e baseada na receita corrente líquida, não pode ser utilizada para pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.
- 67** No contexto de elaboração do Plano Plurianual (PPA), o conceito de iniciativa é definido como as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como do pacto entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.
- 68** É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- 69** Considere que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de determinado exercício financeiro tenha autorizado a contratação de uma operação de crédito com instituição financeira estrangeira, com a finalidade de equilibrar as necessidades de gastos com os recursos disponíveis. Nessa situação, é correto afirmar que a LDO estará tratando de matéria alheia às suas finalidades.

Acerca de classificações orçamentárias, julgue os itens seguintes.

- 70** Suponha que um técnico do governo federal tenha classificado determinada despesa como encargos financeiros da União. Nessa situação, é correto afirmar que o técnico se utilizou da classificação institucional da despesa.
- 71** Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos, incluindo os provenientes de aporte dos proprietários da entidade.
- 72** De acordo com as categorias econômicas, a receita pode ser classificada em receita originária e receita derivada.

Julgue o próximo item, relativo aos tipos de crédito orçamentário e às contas utilizadas na contabilidade pública.

- 73** O crédito orçamentário concede ao ordenador de despesa o direito de gastar os recursos públicos destinados à sua unidade gestora, mediante emissão de empenho limitado ao valor autorizado.

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

- 74** Considere que determinado município deseje aprovar a redução da alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para imóveis utilizados em ações sociais filantrópicas. Nessa situação, o Poder Executivo deve incluir, no texto da LDO, demonstrativo da estimativa e a compensação da renúncia de receita.
- 75** Suponha que determinado município tenha aprovado a redução da alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para imóveis utilizados em ações sociais filantrópicas. Nessa situação, esse município continuará apto a receber as transferências voluntárias da União.
- 76** Considere que o governo federal pretenda instituir programa para conceder subsídios de realocação dos moradores de determinada área que será inundada pela construção de uma represa. Nessa situação, a despesa não poderá ser custeada por emissão de títulos públicos, ainda que destinados à obra de construção da referida represa.
- 77** No contexto da LRF, empresa controlada é aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou despesas de custeio em geral.

Com base no disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

- 78** A tomada de contas de todos que, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens públicos é competência exclusiva do tribunal de contas ou órgão equivalente.
- 79** Caso determinada prefeitura municipal não tenha enviado à respectiva câmara de vereadores a proposta de lei orçamentária, as dotações existentes no orçamento em curso destinadas a obras já concluídas deverão integrar a proposta orçamentária para o exercício seguinte.
- 80** A abertura dos créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis, devendo-se considerar como recurso o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Acerca das preferências do consumidor e suas curvas de indiferença, julgue os itens subsequentes.

- 81 A utilização de curvas de indiferença para descrever as preferências dos consumidores não é indicada, já que as curvas não distinguem as cestas de consumo.
- 82 Curva de indiferença de dois bens substitutos perfeitos é uma reta.
- 83 As premissas de integralidade, transitividade e monotonicidade explicam as preferências de um consumidor racional.

Julgue os itens seguintes, quanto aos efeitos — preço, renda e substituição.

- 84 O efeito substituição para bens complementares perfeitos é zero e, portanto, a variação da demanda deve-se inteiramente ao efeito renda.
- 85 O efeito substituição faz que a inclinação da reta orçamentária varie enquanto o poder aquisitivo permanece constante.
- 86 O efeito substituição de *Slutsky* leva a uma mudança sobre a mesma curva de indiferença e efeito renda leva a uma mudança de curva de indiferença.
- 87 Caso ocorra um efeito preço positivo sobre um bem inferior, o efeito renda será maior que o efeito substituição.

Teorias da firma e da produção procuram caracterizar comportamentos racionais de uma empresa em ambientes competitivos ou não. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 88 Segundo a lei do produto marginal decrescente, o produto marginal diminui à medida que se utiliza no longo prazo mais e mais dos fatores de produção envolvidos.
- 89 É possível que haja rendimentos constantes de escala e produto marginal decrescente para uma dada tecnologia.
- 90 Empresas com rendimentos marginais decrescentes terão os custos marginais aumentados à medida que o produto aumenta.
- 91 Em uma função de produção Cobb-Douglas da forma $f(x_1, x_2) = Ax_1^a x_2^b$, em que $A > 0$, $a > 0$, $b > 0$ e $a + b = 1$, pode-se interpretar o parâmetro A como a escala de produção e os parâmetros $(a$ e $b)$ como a mensuração das participações dos insumos (x_1, x_2) na produção.

Normalmente o Estado intervém na economia quando os mercados são imperfeitos, quando existem externalidades ou quando é preciso oferecer bens públicos à população. Julgue os próximos itens, que versam sobre o Estado regulador e suas políticas econômicas.

- 92 Governos que permitem discriminação de preços por parte dos monopolistas estão aumentando as perdas de excedentes dos consumidores.
- 93 Uma forma correta de regulação de preços de monopólios naturais é estabelecer seus preços nos níveis dos custos marginais.
- 94 Uma empresa competitiva precisa de intervenção do Estado caso os preços de mercado em curto prazo sejam menores que os seus custos totais médios.
- 95 Uma empresa em um mercado competitivo com lucro econômico zero em longo prazo está obtendo um retorno normal sob o investimento feito; ou seja, ela deve permanecer no negócio.

RASCUNHO

A respeito de agregados macroeconômicos, sistema de contas nacionais e balanço de pagamentos, julgue os seguintes itens.

- 96 Como corresponde à renda nacional disponível bruta, deduzido o consumo final, a poupança bruta é maior que a formação bruta de capital fixo acrescida da variação de estoques e de ativos financeiros, líquido de passivos.
- 97 A compilação de um sistema de contas nacionais é orientada por um conjunto de normas contábeis, princípios econômicos e convenções que possibilitam a emissão de recomendações sobre a compilação de suas variáveis; o que permite a descrição dos fluxos e estoques existentes numa determinada economia, de forma coerente e comparável.
- 98 O valor total de importações é avaliado em preços CIF (*cost, insurance and freight*) no sistema de contas nacionais, enquanto os dados sobre os fluxos de importações nas estatísticas de comércio exterior normalmente são avaliados em preços FOB (*free on board*).
- 99 O balanço de pagamentos é o registro sistemático das transações econômicas realizadas em um período de tempo entre residentes e não residentes de um país. A definição de residente refere-se aos nacionais, pessoa física ou jurídica, e desconsidera os imigrantes e as filiais de empresas estrangeiras.
- 100 Os agregados macroeconômicos podem ser obtidos a partir de certas operações, tais como a formação bruta de capital fixo; ou podem ser decorrentes da adição de saldos de setores institucionais, que têm como exemplo a renda disponível.

Acerca dos conceitos econômicos abaixo e da teoria keynesiana, julgue os itens subsequentes.

- 101 Explicar os determinantes do crescimento de uma economia é um dos principais desafios enfrentados pela ciência econômica. Nesse sentido, a taxa de poupança é importante na determinação do nível de renda e da taxa de crescimento de curto prazo, porém, no modelo de Solow, a taxa de poupança não influencia a taxa de crescimento em longo prazo.
- 102 No modelo keynesiano simples, a situação em que ocorre excesso de demanda agregada em relação à capacidade de produção implica no excesso de fatores de produção e redução da inflação.
- 103 Os saldos da dívida líquida do setor público são apurados pelo critério de competência, e sua contabilização ocorre na forma pro-rata, independentemente de liberações ou reembolsos no período.
- 104 Entre as funções do Estado, no que se refere à intervenção na economia, pode-se citar a função distributiva, que procura manter a estabilidade da economia.

Com relação a agregados monetários, modelo IS-LM, políticas fiscal e monetária e mercado de trabalho, julgue os itens de 105 a 110.

- 105 Na visão keynesiana, as decisões de investimento embasam-se na expectativa dos investidores quanto ao futuro, de modo que os gastos com investimento são tratados como componente endógeno da demanda agregada.
- 106 Os conceitos vinculados aos meios de pagamento ampliados implicaram alterações relevantes, quando se passou a definir os agregados monetários por seus sistemas emissores. Nessa definição, o agregado M1 está associado a instituições emissoras de haveres estritamente monetários.

- 107 A política monetária expansionista tem como principal objetivo aumentar a despesa pública para promover o crescimento econômico e o pleno emprego dos recursos produtivos da sociedade.
- 108 De acordo com a curva de Phillips, quanto maior a demanda agregada por bens e serviços, maior será a produção de uma economia e, conseqüentemente, maior será o nível de preços.
- 109 Na opinião dos keynesianos, a condução da política monetária deve ter ênfase na estabilidade do nível de preços, ao passo que, para os monetaristas, a política monetária está centrada no nível de emprego.
- 110 Lei de Okun é a teoria segundo a qual o hiato do produto é proporcional à diferença entre a taxa de desemprego e a taxa natural de emprego.

Acerca da história econômica brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 111 O principal objetivo do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi a redução das desigualdades inter-regionais segundo o critério populacional.
- 112 A política de flutuação controlada do câmbio, que ocorreu no início de 1999, estava em desacordo com o programa de ajuste econômico, que foi firmado entre o governo federal brasileiro e o Fundo Monetário Internacional em 1998.
- 113 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alterou a metodologia de cálculo do índice de desenvolvimento humano ao introduzir o conceito de paridade do poder de compra de cada país. Essa mudança favoreceu o Brasil, que passou a ser considerado um país com desenvolvimento humano melhor que na metodologia anterior.
- 114 Segundo a escola clássica, a lei das vantagens comparativas gera uma deterioração dos termos de intercâmbio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- 115 Quando foi baseado no modelo de substituição de importações, o processo de industrialização brasileiro apresentava tendência à estagnação e à elevação dos preços.

Julgue os itens seguintes, relativos à realidade econômica atual do Brasil.

- 116 Na estrutura tributária brasileira, há impostos cumulativos não passíveis de desoneração plena, o que provoca prejuízos para o país no mercado interno e no externo.
- 117 Há efeitos diretos da queda da taxa de crescimento populacional, verificada no passado recente da sociedade brasileira, sobre a qualidade de vida da população e, em especial, sobre o mercado de trabalho.
- 118 A partir do início do século XXI, as dívidas públicas interna e externa no Brasil apresentaram trajetória descendente, quando comparadas ao produto interno bruto.
- 119 O Brasil apresenta alto grau de desigualdade pessoal de renda, contudo, do ponto de vista do desempenho econômico das unidades federadas, a média dos desequilíbrios é próxima da média mundial para países em desenvolvimento.
- 120 O planejamento governamental está estreitamente ligado aos documentos obrigatórios da estrutura orçamentária brasileira atual.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

O Estado deve intervir na economia quando existem mercados imperfeitos. Por exemplo, os preços praticados em mercados monopolistas tendem a ser mais elevados que os praticados em mercados competitivos. A fim de controlar os efeitos negativos do monopólio, o governo deve promover a concorrência ou regular os preços, a quantidade e qualidade dos produtos ofertados.

Considere que um produtor monopolista venda a sua mercadoria em um mercado cuja demanda inversa é $P = 28 - 1,5Q$, em que P é o preço e Q é a quantidade demandada. O custo marginal é constante e igual a \$10 e ignora-se a existência de custos fixos.

Com base nessa situação hipotética, redija, de forma justificada, um texto dissertativo em resposta aos seguintes questionamentos:

- ▶ Quais são, respectivamente, o nível de produção e o preço capazes de maximizar o lucro da empresa? Qual é o lucro dessa empresa monopolista? [Valor: 10,00 pontos]
- ▶ Quais seriam, respectivamente, o preço e a quantidade de equilíbrio em um setor competitivo? [Valor: 7,00 pontos]
- ▶ Qual seria o ganho social se o Estado regulasse essa empresa monopolista, obrigando-a a praticar um nível de produção e preço de equilíbrio competitivo? Quem ganharia ou perderia nessa situação? [Valor: 12,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos